

Derrubando os muros para construir pontes: a arqueologia brasileira e a Teoria Queer

TEARING DOWN THE WALLS TO BUILD PONTES: A BRAZILIAN ARCHEOLOGY AND A QUEER THEORY

*Arkkley Marques Bandeira**

RESUMO

Neste texto, reflito sobre uma perspectiva teórica que vem se consolidando de maneira bastante promissora na arqueologia brasileira, sobretudo por engajar diferentes vozes em torno de temáticas que até o início do século XXI não costumavam ocupar a agenda da práxis arqueológica. A Teoria Queer vem descortinando um universo de possibilidades para um fazer acadêmico politicamente engajado e com ressonância no presente. Neste texto não apresentarei modelos ou receitas prontas, por compreender que as narrativas Queer são antinormativas, não essencialistas e críticas, portanto, plurais, negociáveis, fluidas, além de refletirem muitas questões que nos acometem no presente. A minha proposta é subsidiar, a partir do meu lugar de fala, as reflexões que estou realizando acerca de algumas abordagens Queer, alicerçando minhas reflexões no pensamento de pioneiras e pioneiros que já trilharam o caminho que ainda estamos por percorrer no campo da arqueologia.

PALAVRAS-CHAVE: teoria queer; arqueologia; decolonialidade; engajamento; ativismo.

ABSTRACT

In this text, I reflect on a theoretical perspective that has been consolidating itself in a very promising way in Brazilian archeology, especially for engaging different voices around themes that until the beginning of the 21st century did not usually occupy the agenda of archaeological praxis. The Queer Theory has been unveiling a universe of possibilities for a politically engaged academic practice with resonance in the present. In this text, I will not present ready-made models or recipes, as I understand that Queer narratives are anti-normative, non-essentialist and critical, therefore plural, negotiable, fluid, in addition to reflecting many issues that affect us in the present. My proposal is to subsidize, from my place of speech, the reflections I am making about some Queer approaches, basing my reflections on the thinking of pioneers and pioneers who have already traveled the path that we have yet to travel in the field of archeology.

KEYWORDS: queer theory; archeology; decolonization; engagement; activism.

* Docente da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luis, Maranhão, Brasil; e-mail: arkkley.bandeira@ufma.br

Introdução

Início este texto com algumas provocações: por que devemos abordar a arqueologia por uma perspectiva Queer? Incorporar a Teoria Queer na *práxis* arqueológica pode mudar a nossa percepção sobre o passado e o presente? Em que medida quebrar as epistemologias disciplinares rigidamente assentadas pode causar um tencionamento da norma na arqueologia brasileira? A arqueologia brasileira tem espaço para novas construções teóricas e metodológicas?

Neste artigo reflito sobre uma perspectiva teórica ainda nova na arqueologia brasileira, mas que vem se consolidando de maneira bastante promissora, sobretudo por engajar diferentes vozes em torno de temáticas que até o início do século XXI não costumavam ocupar a agenda da arqueologia. Além disso, tal abordagem vem descortinando um universo de possibilidades para um fazer acadêmico politicamente engajado e com ressonância no presente. Trata-se da Teoria Queer.

A proposta é subsidiar, a partir do meu lugar de fala, as bases epistemológicas do que compreendo como Teoria Queer, alicerçando minhas reflexões no pensamento de pioneiras e pioneiros que já trilharam o caminho que ainda estamos por percorrer no âmbito da arqueologia. Logo, trata-se de um ensaio bibliográfico subsidiado pelas leituras, discussões e eventos do *Grupo de Estudo Gênero, Teoria Queer e Sexualidades Não Normativas*, que reúne pesquisadores da América Latina e EUA.

Para tanto, realizo uma breve revisão bibliográfica no campo da Teoria Queer, da aplicação da Teoria Queer na Arqueologia e, finalizo por

destacar algumas possibilidades de se trabalhar com a Teoria Queer, bem como com outras perspectivas dissonantes que vêm tencionando as normas do campo da arqueologia brasileira, sejam elas, teóricas, metodológicas, em práticas de campo, ou como marcadores políticos e de diferentes lugares de fala.

Neste contexto, a conjuntura brasileira econômica, política, social e cultural no contemporâneo vem atuando como um importante catalisador para reunir vozes dissonantes, descontentes e combativas ante ao status quo dos diferentes espaços de vivências, atuações, representações ou negociações no campo da arqueologia.

1 Das ruas para a academia: “Queer o quê?”

O que podemos denominar de Teoria Queer? Trata-se de um comportamento? Um estilo de vida? Podemos considerar os estudos Queer como base de referência teórico-metodológica para decolonizar o pensamento cartesiano sobre sexualidade e gênero? Por fim, como a Teoria Queer vem sendo incorporada pelas ciências humanas e sociais e se transformando em uma potente abordagem para a crítica social?

Antes de abordar a inserção da Teoria Queer na arqueologia brasileira, convém fazer uma breve revisão histórica, algo como uma arqueologia das palavras, enfocando tanto a trajetória política, quanto acadêmica da Teoria Queer.

Para tentar responder tais questões, paraphraseei o título de um artigo de Berenice Bento, *Queer o quê? Ativismos e estudos transviados*,

publicado pela revista *Cult*, para destacar que até os idos dos anos 2000, os estudos Queer começavam a aportar no Brasil, especialmente com as obras traduzidas de Michel Foucault (2005; 2006; 2008) e as pesquisas sobre gênero e performatividade de Judith Butler (2002, 2015). A produção local era incipiente e começava a construir as primeiras reflexões em torno de novas temáticas como sexualidades, identidades de gênero, interseccionalidade e performatividade.

O primeiro aspecto que destaco é que a palavra Queer, originalmente, é um xingamento, um palavrão, uma injúria contra a população homossexual. Um insulto que tem paralelo com termos pejorativos ouvidos cotidianamente por aquelas e aqueles que transgridem as normas no Brasil, e são taxadas como pessoas esquisitas, estranhas, anormais, bichas, boiolas, baiotolas, quá quá, pocs, sapatões, caminhoneiras, pocheteiras, traveco, etc.

De acordo com Tamsin Spargo (2017), Queer em inglês pode atuar como verbo, substantivo ou adjetivo. Mas em todos os casos, o interessante é perceber como um insulto passou a ser reivindicado como marca de transgressão, agindo como marcador de oposição a norma ou a normalização. Logo, o movimento Queer foi buscar na abjeção uma ferramenta crítica para confrontar aquilo que é dado como verdadeiro, normal e natural.

Eve Kosofsky Sedgwick, em sua obra *Tendências*, informa que o termo Queer é de origem indo-europeia, *twerkw*, que significa *através*. Advém também do alemão *quer*, que pode ser traduzido como *transversal* (SEDGWIK, 1994). Por sua vez, Lorenzo Bernini, no livro *Apocalipsis*

Queer: elementos de teoria antisocial, complementa que Queer deriva do verbo latino *torquere*, de torcer, e pode significar transversal, diagonal, oblíquo. Por analogia, Queer é o contrário de *straight*, que significa direito, reto, linear. Transladando para o contexto social, a heterossexualidade representaria a “retidão moral” e as identidades de gênero não normativas seriam o desviante, o torcido, o torto, o bizarro (BERNINI, 2015).

Richard Miskolci (2009, 2012) compreende o uso da palavra Queer como uma resistência da abjeção, vindo daí o uso de um xingamento para perturbar a ordem, a identidade, o sistema; criando um sentimento de ser temido por sua existência e ameaçar uma visão homogênea e estável da sociedade. Trata-se, portanto, de um termo reconhecidamente provocador, desafiador e assustador que foi resgatado justamente por conter sentimentos do que seria considerado abjeto para a norma social, ou seja, atua como um marcador político e social para reafirmar a dura realidade e transformá-la. Por este motivo, tem uma longa e complicada trajetória, significando coisas diferentes em diferentes contextos, sendo que na literatura acadêmica é muitas vezes usado em desacordo com o seu sentido coloquial (KLEMBARA, 2017).

A apropriação política da palavra Queer trouxe para o centro do debate toda a sua carga de deboche para criar uma pauta de oposição e contestação às normas de sexualidade e gênero e para ressaltar sujeitos desviantes: lésbicas, homossexuais, pessoas trans, *drags* (LOURO, 2001; 2004). Para Leandro Colling, a ideia foi positivar o termo pejorativo que insultava os homossexuais, adquirindo grande força justamente por invo-

car reiteradamente o que se relaciona com acusações, patologias e insultos, dando um novo significado ao termo (COLLING, 2015a 2015b; 2018, [S.D.]). Logo, a escolha do termo Queer para se autodenominar serviu para destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização (MISKOLCI, 2009; 2012), passando a se compreender Queer como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas.

No ativismo político, Colling (2012) aponta alguns marcos que impulsionaram os estudos Queer, na década de 1980, a exemplo do movimento gay estadunidense que se mobilizou para pressionar o governo conservador de Ronald Reagan pelo descaso em tratar a disseminação do vírus HIV nos Estados Unidos e a relutância do Estado em tratá-lo como um problema de saúde pública.

Neste contexto, destaco o papel transgressor e radical do movimento *ACT UP (Aids coalition to unleash power)*, *Queer Nation* e da *Lesbian Avengers*, que organizavam protestos e intervenções públicas que tinham diferentes propósitos, dentre eles, perturbar a ordem, reivindicar espaço político, pressionar a sociedade e chamar a atenção para as pautas do movimento gay, então ganhando força. A epidemia da AIDS e a sua imediata associação com as práticas homoafetivas, ao ponto de ser chamada pela Direita Conservadora dos EUA como “câncer gay”, fortaleceu as resistências sociais e, como consequência, o movimento gay e lésbico se radicalizou em resposta à apatia geral em relação a estes temas.

Dos movimentos de rua dos últimos 30 anos, “Queer”, como palavra, identidade e filosofia, se expandiu para a academia, a política, a

vida cotidiana e até a cultura popular. Logo, Queer foi considerada uma nova política de gênero, cuja realidade pôde ser vista nos movimentos de travestis, transexuais, não brancos, não binários, atestando a pluralização dos sujeitos, cujas práticas nasceram antes do conceito (BUTLER, 2015).

Na obra *What's Queer about Queer Studies Now?* Eng, Halberstam e Muñoz (2005) compreendem a Teoria Queer como uma metáfora sem um referente fixo, denunciando que a sexualidade não é o eixo principal dos processos sociais que marcaram e ainda moldam as relações sociais das pessoas e dos coletivos. E como bem enfatiza Miskolci (2009), os teóricos Queer focam a sua análise nos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método desconstrutivista, desconfiando de sujeitos sexualmente estáveis.

Segundo Bento (2006; 2017), os estudos Queer radicalizam o projeto feminista interna e externamente, ampliando as vozes para habilitar travestis, *drag queens*, *drag kings*, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais como sujeitos que constituem suas identidades mediante os mesmos processos daqueles que se consideram socialmente “normais”. No mesmo caminho, Sara Salih (2012) enfatizou que a teoria Queer nasceu de uma aliança nem tão consensual entre as teorias feministas pós-estruturalistas e psicanalíticas que estavam colocando em discussão a categoria do sujeito. Assim, os estudos Queer não estariam preocupados com definição, fixidez ou estabilidade, visto que eles seriam transitivos, múltiplos e adversos à assimilação.

No universo acadêmico, os teóricos convergem para reconhecer que o marco que inaugura a Teoria Queer ocorreu em fevereiro de 1990,

em uma palestra proferida por Tereza de Lauretis, denominada de *Queer Theory: lesbian and gays sexualities*, na Universidade de Santa Cruz, na Califórnia (BERNINI, 2013). Esta fala apresentava um aporte analítico que se opunha criticamente aos estudos sociológicos sobre as minorias sexuais e de gênero e fornecia uma analítica da normalização focada na sexualidade (MISKOLCI, 2009; 2012).

Contudo, Caterina Alessandra Rea e Izzie Madalena Santos Amancio, com base em um conjunto de autores decoloniais, oferecem uma perspectiva diferente ao afirmarem que antes mesmo da primeira “onda” Queer com Butler e De Lauretis, foi Gloria Anzaldúa quem utilizou pela primeira vez num texto teórico o termo Queer. A perspectiva de Anzaldúa foi desestabilizar as fronteiras sexuais, de gênero, mas também raciais, culturais, linguísticas e de classe, pelo fato dela mesma se considerar uma chicana em terras estadunidenses e escrever seus textos em castelhano e inglês.

Além do mais, a própria autora se autodenominava Queer, conforme narrado no texto *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (REA; AMANCIO, 2018). Ao passo que na Europa, Preciado (2014) reconheceu que os movimentos Queer inspiram-se nas culturas anarquistas e nas emergentes culturas de transgêneros para combater o “Império Sexual”, propondo a desontologização das políticas de identidades de uma multidão de corpos: transgêneros, homens sem pênis, *gounis garous*, ciborgues, *femmes butchs*, bichas lésbicas, dentre outras categorias.

A medida em que várias identidades não normativas (gays, lésbicas, queers, bissexuais, transexuais, travestis, assexuais, intersexuais, den-

tre outros) emergiram publicamente, elas acabam por evidenciar concretamente a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais, desestabilizando a norma (LOURO, 2000).

A este respeito Mário César Lugarinho comentou:

A teoria *queer* aprofunda as relações possíveis entre as identidades gays e lésbicas e a cultura construída em torno de conceitos como natural e normal – isto é, problematiza e desconstrói os conceitos de identidade, a partir da constituição de um sujeito *queer*, definido através de sua etnia, classe social, ideologia política, religião etc. Em vista disso, a tônica de sua análise reside no fato de congregarem toda uma comunidade que se opõe, de diferentes maneiras, à identidade heterossexual dominante na cultura (LUGARINHO, 2001, p. 41).

2 As bases para uma arqueologia queer

Atualmente, o reconhecimento de que a arqueologia não está livre de seus laços sociais e políticos e que os arqueólogos sempre trabalharam pressionados por questões colocadas pela própria conjuntura e sociedade (UCKO, 1995) desmistificou o conceito de objetividade ou neutralidade científica para a disciplina.

Mesmo porque, nenhuma atividade arqueológica é um ato prático (HODDER, 1986; 1994). Uma arqueologia apolítica é um mito acadêmico perigoso. Toda arqueologia é arqueologia política (TILLEY, 1998). As implicações advindas destas questões redefiniram alguns posicionamentos no campo arqueológico, a exemplo da falta de interação dos arqueólogos com a sociedade (FUNARI, 2003); a necessidade dos profissionais compreenderem criticamente os processos econômicos, sociais e culturais,

pelos quais, a arqueologia e o patrimônio estão envolvidos (HODDER, 2005); a influência política e ideológica que a arqueologia pode exercer no presente (FUNARI, 1998), o papel da arqueologia na preservação do patrimônio arqueológico, o envolvimento e o retorno ao público.

Apesar desta abertura de temas, Dowson (2010) reconhece que a “normatividade” tem uma posição longa e arraigada no pensamento arqueológico. As tendências pós-processualistas da década de 1980 podem ter introduzido uma abordagem mais crítica e auto afetiva à arqueologia, mas nenhuma dessas críticas a afastou da norma. Contudo, o crescente profissionalismo da arqueologia e a diversidade de seu corpo técnico ampliou o leque de envolvimento público, instituindo novas discussões advindas de outras agendas das ciências humanas e sociais, especialmente àquelas voltadas para os estudos culturais, decoloniais, das etnicidades, indígenas, da crítica feminista, de identidades, gêneros e sexualidades.

Cristóbal Gnecco (2012) denomina tais práticas de *arqueologias alternativas*, concebidas como programas de pesquisa bem diferentes daqueles da arqueologia tradicional, posicionando assuntos tão cruciais como a decolonização e a luta contra as hierarquias acadêmicas. Tratam-se de práticas afastadas dos principais cânones disciplinares, que podem ser encaradas como narrativas que colocam em xeque à hegemonia desfrutada pela arqueologia acadêmica/positivista por tanto tempo, uma dominação construída por um consentimento hoje despedaçado.

Como exemplo, o autor destaca as perspectivas feministas e indígenas como propostas dissidentes mais relevantes dentro da disciplina (GNECCO, 2012), e dentre elas, também inclui o crescimento da Teoria

Queer. Não obstante, a arqueologia vem reconhecendo a necessidade de diversificar cada vez mais o seu leque de atuação da disciplina, vocalizar múltiplas vozes e construir uma agenda política alinhada como o presente, mas como bem enfatizaram Rutecki, e Blackmore (2016), ainda há pouca discussão sobre os pressupostos heteronormativos que perduram nas bases epistemológicas e interpretativas das pesquisas. Isto afeta desde os trabalhos de campo e as salas de aula, perpassando pelas oportunidades de emprego e a composição de seus praticantes, dificultando a construção de espaços mais inclusivos na arqueologia.

Neste contexto, Barbara Voss (2006), buscou perceber intersecções e conexões entre a Arqueologia Queer e as teorias feministas da sexualidade e concluiu que ambas compartilham certos marcadores temporais, pois têm suas gêneses nos feminismos políticos e acadêmicos do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, na luta por desvincular a sexualidade da reprodução, ressaltando a importância do prazer e a ampliação das possibilidades relacionais e as liberdades sexuais (MISKOLCI, 2012).

No campo da arqueologia, a Teoria Queer ou a queerização da arqueologia tem a sua inserção em um período bem mais recente do que em outras ciências sociais, entre meados da década de 1990 e 2000. Um desses marcos foi a publicação de um número temático do *Journal World Archaeology*, denominado de *Queer Archaeologies*, em 2000 e a publicação do artigo de Barbara Voss nesta mesma revista, denominado de *Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualitie*, também em 2000.

A partir de então, outras publicações marcaram presença no cenário literário da disciplina, como um número da revista da Sociedade de Arqueologia Americana, com o tema *Towards an inclusive Queer Archaeology*, em 2016 e a coletânea *Trans: diversidade de sexualidades e roles de gênero*. Além disso, destacamos o número temático da Revista da Sociedade de Arqueologia Brasileira de 2017, denominado de Arqueologia Feminista, que apresentam textos Queer.

Na mesma candência da primeira parte deste texto, destacarei a gênese de uma Arqueologia Queer e os seus desdobramentos e potencialidades. A este respeito, vou me valer de uma provocação que Thomas Dowson fez na abertura da revista da WAC (2000): *Why queer archaeology?*

Para Rutecki e Blackmore (2016), a arqueologia é perfeitamente adequada para desafiar os pressupostos normativos por causa de sua imensa profundidade de tempo. Os arqueólogos podem demonstrar que fatos do presente são construções sociais e culturais modernas. Portanto, o passado humano está repleto de uma variedade de identidades de gênero, sexual, racial, étnica, de status, de idade e religiosa. Não existe uma identidade “natural” única que tenha evoluído em algum momento do passado humano distante. Os arqueólogos têm um imperativo ético de desafiar a rigidez e a naturalização das categorias de identidade e reforçar a natureza fluida e contextual da identidade humana.

A incorporação da Teoria Queer no âmbito da arqueologia e o seu poder de mudar radicalmente a nossa percepção sobre o passado e o

presente são ferramentas poderosas para a incorporação de novas agendas no nosso campo de atuação, pois muitas interpretações sobre o registro arqueológico foram construídas de forma heteronormativa, heterossexista, acrítica e essencialista, no sentido colocado por Gnecco (2012), de que a verdade arqueológica sobre o passado está enterrada. Logo, a sua compreensão está necessariamente ligada à sua escavação, pois os dispositivos arqueológicos produtores de verdades são equivalentes a escavar camadas de significados. Logo, as práticas que desafiam as normas disciplinares têm que lutar contra o fato de que as “verdades arqueológicas” estão condicionadas às práticas de campo.

Diante disto, novas premissas teóricas e metodológicas que põem em xeque os cânones da disciplina são vistas com desconfiança ou são consideradas como uma “arqueologia menor” ou uma “não arqueologia”. Particularmente em relação à temática Queer, ela deve lutar para desconstruir mais de 150 anos de pensamentos euro-americanos sobre sexo, gênero e sexualidade (AIMERS, RUTECKI, 2016), onde imperam premissas de que o sexo é uma força natural que existe antes das formas de vida e das instituições sociais, ou seja, é eternamente imutável, associal e transhistórico (VOSS, SCHMIDT, 2000), ao invés de histórico, culturalmente contextual e negociável.

Diante do quadro esboçado, é de extrema importância a visibilidade de outros coletivos e de suas vozes que destoam das normas e amarras homogêneas, no intuito de decolonizar e colorir a teoria Queer na arqueologia, tanto a nível local, como global, reunindo povos indígenas, afrodescendentes, quilombolas, ribeirinhos, pessoas LGBTQIA+, que nas

palavras de Gamson (2002), não é tanto para se rebelar contra a condição marginal, mas desfrutá-la

Nesta seara, a Arqueologia Queer vem desconstruir e confrontar aquilo que Miskolci (2012) denomina de a hegemonia cultural *heterossexual*, que é alicerçada pelo heterossexismo, ou seja, a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais; a *heterossexualidade compulsória*, que é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto e a *heteronormatividade*, que reforça a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Tais premissas são impostas por diferentes perspectivas, desde as violências simbólicas, psicológicas e sociais, chegando ao extremo da violência física a quem não se coloca dentro dos padrões da sociedade.

Estas posições afetam a maneira como a arqueologia vem sendo praticada e como isso pode deturpar a forma que interpretamos o passado. Logo, a Arqueologia Queer deve romper com as expectativas de que o passado representa as próprias expectativas do presente: a de uma estrutura familiar monogâmica, cristã, heterossexual e naturalizada por séculos de dominação, pois as interpretações heteronormativas tornaram a diversidade sexual e de gênero invisível no registro arqueológico, construindo versões incompletas sobre o passado, se apresentando, por vezes, rasas anacrônicas e influenciadas pelo comportamento social do presente.

Neste sentido, Dowson (2009) reconhece que o passado é interpretado de maneira estritamente heterossexual. Arqueólogos escavam espaços, cabanas e casas e impõem famílias heterossexuais nessas unidades.

Eles falam sobre “donos” e suas “esposas”. Muitas vezes não há evidências de que um homem e uma mulher, em alguma forma de matrimônio ritual, e seus filhos legítimos vivessem nessas estruturas. Essas “famílias” são tiradas de nossas próprias noções ocidentais modernas sobre o que uma família deveria ser. Logo a normatização e essencialismo acerca dos papéis de gênero no passado arqueológico são constantes nos discursos arqueológicos.

Tais reflexões são amparadas na presunção da heterossexualidade como norma, visto que as interpretações sobre o passado são adotadas sem crítica ou não contestadas. Logo, cabe a uma abordagem Queer explorar as formas como as sexualidades e gêneros são fluídos, complexos e performativos, possibilitando desconstruir e questionar as suposições “tomadas como certas” dentro do discurso arqueológico (BLACKMORE, 2011), podendo ser trabalhada temáticas sobre sexo, gênero e sexualidade, até exames da normatividade, modelos cronológicos e metodologias de campo (CROUCHER, 2005; DOWSON, 2000).

Segundo Rutecki e Blackmore (2016), ao aplicarmos criticamente o arcabouço teórico e metodológico desenvolvido nos estudos Queer, podemos desafiar suposições profundas que limitam a compreensão sobre as crenças, organização social, política e cultural nas sociedades do passado, contribuindo para a multivocalidade nas interpretações arqueológicas. Uma Arqueologia Queer busca não apenas compreender o comportamento sexual e as sexualidades no passado ou examinar sexo e a sexualidade na pré-história (AIMERS, RUTECKI, 2016), mas também, fundamental-

mente, fornecer uma crítica das interpretações normativas para ilustrar a maneira pela qual identidades interseccionais e fluidas são identificadas na cultura material (VOSS, 2008).

Além disso, a Arqueologia Queer também rompe com o binarismo que está cristalizado socialmente, como se os estudos de gênero e sexualidade se restringissem a questão da heterossexualidade versus a homossexualidade. Esta questão tem relações com o binarismo impulsionado por modelos biomédicos ocidentais desde o século XIX, nos quais a homossexualidade seria a inversão da norma, neste caso a heterossexualidade, arguindo que a identidade psicossocial dos gêneros e papéis sexuais se restringissem apenas a essas duas categorias: “heterossexual” e “homossexual”. O resultado foi classificações e tipologias de comportamentos apenas por estes dois vieses (AIMERS, RUTECKI, 2016), também restringindo a diversidade de sexualidades, identidades de gênero e orientações sexuais de nossa espécie, tanto no presente, como no passado.

Diante deste quadro, não é de se estranhar que muitos mitos foram criados sobre a Arqueologia Queer, carecendo de desmistificação. Segundo Voss (2000), a Arqueologia Queer não é sempre sobre a sexualidade, e a pesquisa sobre a sexualidade na arqueologia nem sempre é inerente a uma abordagem Queer. Não obstante, políticas sexuais e identidades sexuais unem-se entre si. Uma abordagem Queer na arqueologia não se resume apenas ao estudo de gênero e sexualidade ou a “escavar” a homossexualidade e perceber o universo Queer na cultura material, mas muito mais que isso, ela visa expor uma construção do passado em bases heterossexistas

e heteronormativas, expondo uma visão normativa e anacrônica, que contrasta com muitas sociedades, tanto atuais como pregressas, que tem em suas ontologias ideias acerca de sexualidade e gênero bastante diferentes das construídas pelo Ocidente.

Como corpo de erudição, a Arqueologia Queer pode ser descrita como uma intervenção pós-estruturalista nas teorias feministas de gênero e sexualidade, associadas a Butler (2002; 2015), com um mote central de criticar às divisões convencionais entre sexo físico, gênero cultural e sexualidade, em vez de explorar as maneiras pelas quais sexo, gênero e sexualidade são mutuamente constituídos no campo do estudo da cultura material. Também se estruturando em torno de uma agenda pós-colonial, decolonial, interseccional, crítica, desconstrutivista e combativa, enfrentando o discurso arqueológico homogeneizante e seus preceitos interpretativos pautados em premissas do binarismo bíblico, que presume que a heterossexualidade é a norma inerente na construção do conhecimento arqueológico.

Neste contexto, ela atua como uma crítica aos os pressupostos de controle, das normas e do pensamento binário sobre o passado, que inibem uma visão contextual e interseccional, restringindo o potencial negociador e fluído das identidades. Tal situação leva a perda da inocência sobre a neutralidade do conhecimento arqueológico, ressaltando que a práxis da disciplina é construída politicamente no presente, pois no campo da evidência arqueológica, a queerização da arqueologia, segundo Blackmore (2011), consiste em superar as dicotomias eurocêntricas, androcêntricas

e heterossexistas, ultrapassando as hierarquias de algumas categorias sociais dominantes, como masculino / feminino, público / privado, ativo / passivo.

A partir destas reflexões, considera que ela rompe com a epistemologia heterossexual masculina da arqueologia, que se sobrepõe a outras abordagens, inclusive vozes destoantes, diminuindo, e muitas vezes excluindo pessoas lésbicas, trans e homo. Este cenário molda o fazer arqueológico, no sentido de que as construções sobre o passado são alicerçadas em premissas heteronormativas e colonialistas. Portanto, o passado seria interpretado por uma via estritamente heterossexual e com base em relações heteroafetivas e binárias, a exemplo do matrimônio, formação de família e criação de filhos, um espelho da visão estreita e reducionista dos tempos atuais.

Nesta seara, muitos temas começaram a tomar corpo na arqueologia brasileiro, a exemplo do conhecimento sobre as expressões da sexualidade no passado e presente e as distintas vias para sua observação; estudos iconográficos em diferentes suportes documentais; estudos interseccionais, de e etnicidade; do fazer arqueológico em campo e as relações assimétricas na profissão; homofobia e transfobia no ambiente de trabalho; identidades fluídas, diversidade, intersexualidade, visibilidade trans e homo, mitologias, ontologias, ativismo político, dentre outros.

Para Dowson (2000), significa aprender novas e diferentes maneiras de abordar o passado. Tal aprendizado é desconcertante quando nos apontam para arqueologias não mapeadas e excluídas, não se restringindo

a sexualidade e gênero, mas a temas controversos que não possuem espaço no discurso arqueológico e científico. No campo político, a inserção da Arqueologia Queer também é promissora e vem instituindo muitas agendas, especialmente àquelas em defesa das pessoas oprimidas, subalternas, odiadas, ignoradas e desprivilegiadas, no sentido, que elas têm direito a uma história e memória, uma vez que Dowson (2009) reconhece, que legisladores e grupos de ação política usam a nossa compreensão do passado como justificativa para fundamentar uma legislação opressiva.

Outros espaços de atuação relacionam-se à formação arqueológica, desde a sala de aula, perpassando pelas práticas de campo e inserção no mercado de trabalho. A este respeito, Rutecki e Blackmore (2016) observam que a heterossexualidade também pode ser vista através da lente do privilégio. Aquelas e aqueles que se não identificam deste modo, têm suas famílias invalidadas, ou seu valor social e moralidade julgados. Compreender o privilégio é importante para entender como as desigualdades estruturais são produzidas e reproduzidas. Logo, a união em torno da bandeira LGBTQIA+ é essencial para que os indivíduos que se reconheçam enquanto desviantes da norma passem por menos dificuldades em seu campo de atuação.

Tais dificuldades são de todas as ordens, como discriminação na sala de aula, em campo, no emprego. Falta de reconhecimento e credibilidade para executar determinados tipos de tarefas, recusa de promoção e acesso desigual a oportunidades.

Reflexões finais

Convém destacar que a produção arqueológica brasileira associada à temática Queer começa a sentir os reflexos do panorama global e, mesmo que lentamente, a arqueologia começa a se abrir para abordagens reflexivas, antinormativas e críticas. A este respeito não poderia deixar de citar a organização do simpósio *Aproximações da Arqueologia Brasileira com a Teoria Queer*, apresentado no IX TAAS, ocorrido em 2018, em Ibarra, Equador, que possibilitou reunir um grupo de jovens arqueólogos em torno de temáticas em que a maioria se identifica por seu lugar de fala, para além de suas pesquisas. Além disso, o simpósio possibilitou construir laços ainda maiores com coletivos América Latina e da Europa, possibilitando a criação de uma rede de pesquisadoras e pesquisadores denominada de *Coletivo para o Estudos de Gênero, Teoria Queer e Sexualidades Não Normativas*, que vem promovendo reuniões sistemáticas para construir espaços de atuação para além da academia.

Dentre estes encontros, destaco a continuidade das discussões ocorridas no Equador, no primeiro encontro do Coletivo, ocorrido na Fordham University, em Nova York, em julho de 2018; o segundo encontro, *Tempestad em los Andes: género, cuerpo e sexualidad*, ocorrido em dezembro de 2018, na Biblioteca Nacional de Lima, no Peru, o terceiro, ocorrido em maio de 2019, no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, no âmbito da VI Semana Internacional de Arqueologia. Ainda em São Paulo foram feitas aproximações com entidades públicas e de defesa dos direitos civis, com a parceria com o Museu da Diversidade de São Paulo,

na mesa de trabalho, *Transviadar: engajamento, ativismo e Teoria Queer*, que constituiu o quarto encontro do coletivo. Ainda em 2019, foram realizados o quinto e sexto encontros do Coletivo, respectivamente, na Universidade de Calca, em Popayán, Colômbia, no âmbito do I Encontro de Gênero e Etnicidade, organizado pelo coletivo GEFAS e no Museu Nacional do Equador, em Quito, em outubro de 2019, no âmbito da Exposição *Divers[]s*.

Os frutos desta atuação, mesmo que recente, já estão sendo colhidos, como a montagem de exposições, abertura de canais de diálogos com outras audiências, que não a acadêmica e produção científica, com a publicação do número temático da *Revista de Arqueologia Pública*, com o tema *Arqueologias Queer: tensionamentos da norma*, com a organização deste autor e Maurício Silva, publicada em 2019 com artigos, ensaios e traduções.

Diante do exposto, além do amplo leque de possibilidades acadêmicas e políticas, ficou patente ao logo do artigo o potencial da *Arqueologia Queer*, enquanto ferramenta para a estruturação da luta política contra regimes políticos e ideológicos sufocantes, essencialistas, normatizantes e hegemônicos, pois isto tem reflexo em estruturas sociais profundas, inclusive, as do conhecimento e a academia. A *Arqueologia Queer* consegue romper com posturas que se colocam contra os princípios da cidadania, das minorias, das mulheres, das pessoas subalternas, da população afro-brasileira, indígena e tradicional, da comunidade LGBTQIA+, compreendendo que tais pautas não se limitam a estes coletivos, pois a perda de direitos civis duramente conquistados é uma perda para toda a sociedade.

O viés político de uma abordagem Queer nas ciências humanas e sociais, especificamente na arqueologia também constituiu-se uma poderosa forma de enfrentamento crítico, sobretudo no Brasil, onde estatísticas publicadas pelo GGB - Grupo Gay da Bahia, uma das mais antigas organizações em defesa dos direitos da população LGBTQIA+ do Brasil, que há 38 anos coleta estatísticas sobre assassinatos de homossexuais e transgêneros no Brasil indica um aumento de 30% no número de homicídios em 2017 em relação ao ano anterior, passando de 343 para 445.

Logo, não podemos fechar os nossos olhos e temos que encarar a conjuntura brasileira como algo global e orquestrado, que contrasta com o humanismo, a democracia, o cuidado, a tolerância e a generosidade, resultando em uma “guerra de classe que nega sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias, uma guerra de gênero contra as mulheres, uma guerra religiosa contra os muçulmanos, uma guerra contra os deficientes”, conforme analisa Achille Mbembe, em seu artigo *A era do humanismo está terminando*, de 2016.

Portanto, o nosso fazer diário, seja em âmbito cotidiano ou acadêmico deve primar pelo debate, denúncia e luta contra o cenário nebuloso que se avizinha com especial rapidez no Brasil e em várias nações da América do Sul. Devemos agir politicamente e o nosso fazer acadêmico deve sim se preocupar com as questões que atravessam a arqueologia diariamente. Neste sentido, mas uma vez louvo a iniciativa dessa mesa, que por si já é um grande passo para voltarmos ao Brasil e discutirmos com nossos pares uma arqueologia plural, diversa, dialética, multivocal e engajada politicamente e que possamos construir uma agenda de enfren-

tamento ao contexto aqui colocado, sob pena de nos mantermos alienados da conjuntura que nos cerca.

Portanto, a gênese de um Arqueologia Queer no Brasil, mesmo que ainda pautada na construção de suas bases epistemológicas para compreender o registro arqueológico tende a endurecer o discurso político em defesa daquilo que lhe é mais caro: o direito de cada um ser o que bem entender...

Referências Bibliográficas

AIMERS, James; RUTECKI, Dawn M. Brave. New World: interpreting sex, gender, and sexuality in the past. *The SAA Archaeological Record*, v. 16, n. 1, p. 12 – 17, 2016.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BERNINI, Lorenzo. *Apocalipsis Queer: elementos de teoría antissocial*. Madri: Editorial Egales, 2015.

BLACKMORE, Chelsea. How to Queer the Past Without Sex: queer theory, feminisms and the archaeology of identity. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, v. 7, n.1, p. 75 - 96, 2011.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que Importan – Sobre os limites materiais y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires/Barcelona/México: Paidós, 2002.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLLING, Leandro. Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero? In PELÚCIO, Larissa et al. (orgs.). *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015a.

_____. *Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil*. In: BENTO, B.; FÉLIX-SILVA, A. V. *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. Natal: EDUFRN, p. 223 – 242, 2015b.

_____. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil. In GREEN, James N. et al. (orgs). História do movimento LGBT no Brasil. São Paulo: Alameda, p. 515-531, 2018.

_____. Mais definições em trânsito: Teoria Queer. [S.D.]. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>. Consultado em 26 de janeiro de 2019.

CROUCHER, Karina. “Queering Near Eastern archaeology”. *World Archaeology*, v. 37, n. 4, p. 610 – 20, 2005.

DOWSON, Thomas A. Why Queer Archaeology? An Introduction. *World Archaeology*, v. 32, n. 2, Queer Archaeologies, p. 161 – 165, 2000.

_____. Queer Theory Meets Archaeology: disrupting epistemological privilege and heteronormativity in constructing the past. In: GIFFNEY, Noreen; O’ROURKE, Michael. (eds.). *The Ashgate Research Companion to Queer Theory*. Abingdon: Taylor Francis, p. 277-294, 2009.

ENG, David L.; HALBERSTAM, Judith; MUÑOZ, José Esteban. *What’s queer about queer studies now?* Duke University Press, 2005.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. São Paulo: Graal, 2005.

_____. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 2006.

_____. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Teoria Arqueológica na América do Sul. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1998.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Um extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida (org.). Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria, p. 142-172, 2002.

GNECCO, Cristóbal. Escavando arqueologias alternativas. Revista de Arqueologia. São Paulo: Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 25, n.1, p. 8 - 23, 2012.

HODDER, Ian. *Reading the Past*. Cambridge: Cambridge Press, 1986.

_____. *Interpretación en arqueología*. Barcelona: Crítica, 1994.

_____. *Post-processual and interpretive archaeology*. In REN-FREW, Colin; BAHN, Paul (eds.). *Archaeology: the key concepts*. Nova York: Routledge, 2005.

KLEMBARA, Nathan. *Queer archaeology: presente and future*. Disponível em: <http://mapabing.org/author/nklembara/> consultado em 26 de janeiro de 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *Teoria Queer: Uma política pós-identitária para a educação*. *Revista Estudos Feministas*. v. 9, n. 2, Florianópolis, 2001.

_____. *Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

LUGARINHO, Mário César. *Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa*. *Revista Gênero*, v. 1, n. 2, 2001.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150 - 182, 2009.

_____. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria queer of Colour e trânsitos para o Sul. *Cadernos Pagu*, n. 53, p. 1 – 38, 2018.

RUTECKI, Dawn M.; Blackmore, Chelsea. Towards an Inclusive Queer Archaeology: An Overview and Introduction. *The SAA Archaeological Record*, v. 16, n. 1, p. 9 – 11, 2016.

SALIH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Tendencies*. Londres: Routledge, 1994.

SPARGO, Tamsin. SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TILLEY, Christopher. Archaeology as socio-political action in the present. In: WHITLEY, David S. (ed.) Reader in Archaeology post-processual e cognitive approaches. New York e London: Routledge, p. 305 – 330, 1998.

UCKO, Peter John. Introduction: archaeological interpretation in a world contexto. In UCKO, Peter (ed.). Theory in archaeology. Londres: Routledge, 1995.

VOSS, Barbara L. Engendered archaeology: men, women, and others. In HALL, M.; SILLIMAN, S. (es.). Historical Archaeology. Londres: Blackwell Publishing, p. 107 – 127, 2006.

_____. Sexuality Studies in Archaeology. Annual Review of Anthropology, v. 37, p. 317 - 336, 2008.

VOSS, Barbara. L.; SCHMIDT, Robert. A Archaeologies of Sexuality: An Introduction. In SCHMIDT, Robert.; VOSS, Barbara (ed.). A World Archaeology. Londres: Routledge, p. 1 – 35, 2000.